

Esposas de praças: família e política na Polícia Militar do Pará

Gustavo Ferreira de Queiroz

Introdução

O presente artigo retoma uma análise realizada anteriormente sobre o recrutamento e a mobilidade social na Polícia Militar do Pará¹ sob a ótica de uma nova pesquisa em andamento com as esposas de praças da Polícia Militar do Pará. O trabalho se baseia em experiências de pesquisa de campo e entrevistas ocorridas em três batalhões da corporação - dois Batalhões de Polícia Militar (BAPM) e o Batalhão de Policiamento Tático² (BPOT) - e uma entrevista realizada com uma das representantes da *Associação de Esposas e Familiares de Praças da Polícia Militar do Pará (AEFPPA)*.

O primeiro acesso à instituição se deu entre o começo de março e fins de maio de 2017, quando os movimentos grevistas iniciados pela Polícia Militar do Espírito Santo ainda eram debatidos e influenciavam os policiais militares paraenses. Durante esse primeiro contato pude perceber várias movimentações por parte de praças da instituição em torno de pautas reivindicatórias. No entanto, as ações políticas diretas em volta dessas pautas foram levadas à cabo não pelos policiais, mas por suas esposas, mães e filhas. Dessa mobilização inicial se formou a AEFPPA, que nos últimos dois anos vem pautando publicamente as demandas dos praças frente ao governo estadual (melhorias no salários, plano de carreira, política habitacional, etc.).

Os estudos antropológicos sobre o Exército brasileiro que analisam a relação entre as famílias de militares e a corporação, detectam a incorporação do núcleo familiar a um estilo de vida pautado por valores característicos do “mundo militar” - “solidariedade”, “companheirismo”, “união”, “camaradagem”, etc. - que privilegiam expressões de unidade e coesão do grupo (SILVA, 2013). A “família militar” é um termo nativo das Forças Armadas que funciona como a representação de um grupo constituído pela instituição, por seus membros e por cônjuges e filhos de militares (CHINELLI, 2018). O “espírito militar”- o conjunto de valores baseado no princípio de prevalência do coletivo sobre o individual (CASTRO, 1990) - é repassado através da socialização familiar e atua como produtor de homogeneidade interna do grupo.

¹ Este estudo resultou da minha dissertação de mestrado. Ver Gustavo Ferreira de QUEIROZ, 2019.

² BAPM's são órgãos responsáveis pelo policiamento ostensivo de áreas delimitadas do estado – no caso dos batalhões acessados, alguns bairros de Belém. O BPOT é rotineiramente empregado no policiamento de áreas com maior taxa de índices criminais, chamadas pelos policiais de “zonas vermelhas”. Este batalhão possui ainda duas companhias, a Ronda Ostensiva Tático Motorizada (ROTAM) e a Ronda Ostensiva de Apoio de Motos (ROCAM), que basicamente se diferenciam pelos veículos utilizados, carros ou motos. – 30 entrevistas.

Inversamente, as manifestações de familiares de policiais militares atuam demonstrando as clivagens internas da corporação: praças e oficiais aparecem como dois grupos antagônicos³ e não como um corpo unido. O acesso para ambos os estratos se dá por concurso público, com condição mínima de ensino médio (praças) e ensino superior (oficiais). Não existe uma via única de promoção para os policiais militares, e aos praças são concedidos os menores salários e as piores condições de trabalho dentro da corporação. Além disso, eles devem, dentro do ambiente institucional e dos limites legais, obediência aos oficiais, tendo estes últimos o monopólio dos instrumentos de promoção e punição dos primeiros.

Durante o campo realizado na instituição, várias reclamações e demandas dos praças eram formulados, mas dentro de um clima de desconfiança e medo das punições disciplinares que poderiam recair sobre aqueles que “falassem demais”. Por isso, o protagonismo de familiares em manifestações públicas aparece como uma forma de proteger os policiais militares contra punições institucionais e legais, já que, como militares, os praças e oficiais são proibidas a sindicalização e a greve⁴. A família aparece, desse modo, como um possibilitador de um grupo específico: os praças e seus familiares.

Sendo assim, no presente trabalho busca-se compreender de que forma a relação entre as famílias de praças e a corporação policial-militar possibilita um processo de publicização das demandas dos primeiros.

A família policial-militar

Em meu primeiro contato com representantes da Polícia Militar, eu estava preocupado em entender as motivações para o acesso e as possibilidades de ascensão social dos policiais militares por meio da corporação. Nesses momentos iniciais não conseguia compreender a principal armadilha de pesquisa para a qual meus próprios interlocutores me empurravam: a tendência a perceber a Polícia Militar como um corpo social homogêneo em razão do *family discourse*⁵ mobilizado na instituição.

Os policiais com que pude interagir empregavam uma série de mecanismos que buscavam construir a impressão de unidade entre os policiais militares, independente do grau hierárquico. Longe de serem encenações endereçadas ao pesquisador, eram discursos e práticas presentes na rotina

³ Existem dois acessos paralelos por concurso público à Polícia Militar do Pará, uma para praças e outra para os oficiais. Aos primeiros é exigido o ensino médio completo e aos últimos o ensino superior completo. Além disso, o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Pará divide em cinco círculos hierárquicos a corporação: círculo de oficiais superiores (coronel, tenente coronel e major), círculo de oficiais intermediários (capitão), círculo de oficiais subalternos (primeiro e segundo tenente), círculo de subtenentes e sargentos (subtenente, primeiro, segundo e terceiro sargento) e círculo de cabos e soldados (cabos e soldados). A ordenação de autoridade entre os oficiais está dividida em postos que vão de segundo tenente até coronel. A ordenação de autoridade entre os praças é dividida em graduações que vão de soldado até subtenente.

⁴ Art. 142, 3º, IV, CF/88.

⁵ O *family discourse* é uma justificação utilizada pelo grupo familiar sobre o grupo familiar (GUBRIUM, HOLSTEIN, 1993).

interna da corporação. Esse engajamento na demonstração de um corpo unido era principalmente percebido no BPOT. Todos afirmavam que aquele era um batalhão diferente, em razão “da questão da irmandade, da união, da força de vontade”⁶. Todos sentiam o compartilhamento de laços afetivos comuns: “a união ela é bem específica, tu passa a sentir a dor do companheiro, tu convive mais, é a convivência mesmo”⁷.

Em suas falas eram demonstradas afeições características das obrigações afetivas do sentimento familiar:

Olha, aqui no quartel tem a questão da união, aqui é bem unido. Se você está precisando de alguma coisa, todo o pessoal daqui se reúne pra te ajudar, entendeu? A questão também do apoio, quando você está numa área de risco, o pessoal está lá te dando apoio. Eles são bem família, são bem próximos. Essa é uma das melhores partes de estar aqui nesse quartel. Falo por aqui, é difícil falar por outros batalhões, porque nunca trabalhei fora daqui. Acho que é a questão da união mesmo!⁸.

Contudo, não só entre os policiais militares do BPOT foi possível perceber esse *family discourse*, mas em todos os batalhões visitados. Durante a pesquisa de campo, tive contato com várias histórias de assassinato de policiais militares. Os policiais lembravam os companheiros mortos como homens generosos e trabalhadores honestos. Indignavam-se e reagiam emotivamente a uma lembrança dolorosa dos “camaradas”, vivendo sua falta como um abalo da própria concepção do eu. Segundo relato dos entrevistados, quando um policial militar morre não se perde somente um colega de trabalho, se perde também um “irmão de farda”:

Já tive no meu comando, perdi companheiros na ocorrência aí. Tanto na ocorrência policial, como à paisana também, de folga. Perdi companheiros assim. E a sensação é que, como policial é inexplicável cara. É como se arrancassem um pedaço teu, entendeu? É como se uma parte sua morresse também. Porque, sei lá, tu tens família? Tem irmãos? Imagina você perder um irmão pra um meliante, é a mesma coisa, entendeu? Você perdeu um irmão de farda⁹.

Entre os próprios deveres éticos dos policiais militares, é constante a obrigação da demonstração de “camaradagem” como elemento “indispensável à formação e ao convívio da família policial-militar”¹⁰.

Durante o campo, acreditava que essas demonstrações afetivas com um “ar de família” eram responsáveis por produzir um sentimento de coesão do grupo, aquilo que os trabalhos antropológicos sobre o Exército brasileiro chamam de “espírito militar” - uma constelação de valores de proeminência do coletivo sobre o individual, que possibilita um grupo homogêneo e fortemente

⁶ BPOT, Soldado, Homem.

⁷ BPOT, Cabo, Homem.

⁸ BPOT, Cabo, Mulher.

⁹ Tenente-coronel, Homem.

¹⁰ PARÁ (Estado). Constituição (2006). Lei nº 6.833, de 13 de fevereiro de 2006. **Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Estado do Pará**. Belém, PA, art. 15.

coesionado internamente (CASTRO, 1990, p. 53) - e entre os policiais militares paraenses é denominado “espírito de corpo”.

Contudo, para a produção do “espírito de corpo” são necessários investimentos constantes de todos os participantes em demonstrações públicas de consentimento aos valores oficiais do grupo, ou seja, é preciso teatralizar a todo momento essa homogeneidade. As paradas matinais e as orações dos batalhões especializados, a preocupação com a correição no uso da farda e a etiqueta militar são valorizadas na Polícia Militar paraense, pois esses elementos constroem publicamente, tanto para os próprios policiais quanto para “os de fora”, a imagem oficial que o grupo deseja se arrogar.

No entanto, para conseguir que esse trabalho social de constituição do corpo policial-militar seja funcional, é necessário a adesão dos agentes corporativos. Essa adesão só consegue se dar por um processo de socialização passado nos cursos de formação de praças e oficiais. É a partir da constituição da filiação institucional que podemos encontrar o fundamento do sentimento e das demonstrações de união e indissociabilidade dos policiais militares: a moralidade expressa pelo *family discourse* institucional. Através da análise da lógica de recrutamento institucional e dos ritos de filiação institucional podemos entender mais claramente a gênese da adesão dos policiais militares a essa socioedecéia familiar.

Recrutamento institucional

Os policiais militares são selecionados por meio de concurso público. O acesso à ocupação possui uma organização que privilegia – e quase monopoliza – a ocupação da atividade policial militar ao público masculino, já que apenas 10% das vagas dos certames são oferecidas a mulheres. Além disso, devido ao baixo nível de escolaridade necessário ao acesso ao corpo de praças (nível médio completo) e a desvalorização da carreira dos oficiais em relação a outras carreiras policiais e jurídicas, a instituição acaba sendo um destino viável às classes populares.

O acesso à corporação é pouco representado pelos policiais militares entrevistados, sejam praças ou oficiais, como sendo resultado de uma “vocação”. Quando a tendência vocacional à atividade é citada, se refere mais aos elementos militares da instituição – o “porte militar”, a “farda” – do que ao conteúdo das atividades em si ou aparece como resultado da socialização familiar daqueles que possuíam pais policiais militares:

Minha motivação era o sonho que eu tinha na minha infância, eu sempre quis entrar na polícia, eu achava que eu me identificava com a profissão, eu queria ser policial militar. Eu admirava, sempre admirei, tinha uma admiração muito grande pelas pessoas que são policial militar e também pelo corpo de bombeiros, na minha juventude e foi isso que me incentivou muito a entrar”¹¹.

¹¹ BPOT, Cabo 2, Homem.

“Eu era soldado. Fuzileiro. E eu fora continuei alimentando aquele sonho, de ser um sargento, quando abriu um concurso direto pra sargento na Polícia Militar em 94, e é justamente o que eu queria¹².

Como eu sempre gostei de ser militar, a maior parte da minha família é militar, preferir fazer o concurso da polícia e já fiquei [...] foi meu tio, o meu tio mais velho era militar do exército e saiu do exército e foi pra Polícia Militar. Aí eu via e aprendi a gostar na infância¹³.

No entanto, essas demonstrações buscam ocultar a razão objetiva de acesso à corporação: aliados de atividades melhor remuneradas e mais prestigiosas, os policiais buscam na ocupação um meio de garantir sua segurança material e a de sua família:

Eu não vou te falar que eu não tinha admiração pelo trabalho policial, mas também tem a situação da estabilidade e independência financeira dos pais, né?! Da minha mãe no caso, porque meu pai já é falecido, mas tem um pouco de admiração¹⁴.

Eu nunca tinha sonhado em ser policial. Tem gente que diz "Ah, sonhei!", mas não. Eu estava procurando emprego e fui fazendo concurso um atrás do outro e o que eu tinha passado era o da polícia e eu resolvi entrar e fiquei¹⁵.

A motivação veio de tentar seguir a mesma carreira do meu pai e também a parte financeira¹⁶.

Contudo, isso não significa que inexistem uma apetência dos policiais ao exercício de sua função, mas sim que a tendência à ocupação é de um tipo específico: vindos de ocupação formais e informais precárias e desvalorizadas (pedreiros, mecânicos, caixas de supermercado, etc.) os policiais entrevistados, em sua maioria homens, possuem afinidade com atividades representadas como “dispêndio de energia muscular no trabalho masculino desqualificado” (SOUZA, 2009, p. 24), entre as quais as atividades policiais se enquadram. Os oficiais fogem desse quadro, pois a seleção à função necessita de um nível maior de competência escolar, representada pelo diploma do ensino superior. Todavia, os praças tem um encontro harmonioso entre as disposições socializadas e a posição institucional, já que as pressões em suas trajetórias sociais lhes impeliram menos a escolarização e mais a necessidade do “trabalho duro e honesto”.

Na maioria das vezes, pela condição socioeconômica da família não existe a transmissão de uma herança material, somente uma herança simbólica baseada nos valores familiares, ou seja, entre os pobres “a moral é a única coisa realmente sólida que se tem a deixar como legado, isso quando se trata de uma família minimamente organizada” (GRILLO, MACIEL, 2012, p. 245). O complexo de valores herdados do meio familiar - a disposição ao trabalho “honesto”, a centralidade da família e a importância da ajuda e da solidariedade - são projetados sobre a atividade policial militar pelos componentes da instituição, que em sua maioria vieram das classes populares. Os policiais militares entrevistados, praças e oficiais, revelam uma apreciação sobre a atividade que coloca em relevo os

¹² 1º Tenente, Homem.

¹³ BPOT, Cabo 3, Homem.

¹⁴ BPOT, Cabo 4, Homem.

¹⁵ BPOT, Cabo 5, Homem.

¹⁶ BPOT, Soldado 2, Homem.

atributos morais mais do que os técnicos, o que demonstra um encaixe entre as disposições inculcadas no meio familiar e a filiação com a ocupação:

Todo policial deveria ter, por assim dizer, perfis iguais. Os principais seriam: honestidade, vontade de trabalhar, a vontade de combater esse mal que está aí fora. Infelizmente, nem todos tem esse perfil, infelizmente. Então, é levado muito em consideração justamente a questão da honestidade do policial Militar, a sua integridade¹⁷.

O capital moral de honorabilidade herdado da família se projeta sobre uma ocupação feita para “homens de honra”. Estes são atraídos pela apreciação pretérita baseada nos signos de força fincados na expressão física e nos valores relativos ao “enfrentamento”, ao “combate”, e ao exercício de uma autoridade expressa no “falar de frente”, “no ir de frente”. O enfrentamento a um problema social personificado em um tipo social representado, como oposto moral dos policiais militares – “bandido”/“vagabundo” –, afirma na própria missão moral e na abnegação da atividade a reivindicação de seu prestígio masculino. As disposições morais masculinas se tornam o princípio de apreciação pretérita da ocupação:

Eu nunca imaginei tá aqui, onde eu to trabalhando hoje na PM, minha motivação no início foi pra tá trabalhando na rua²⁰, né, [inaudível] diferente, questão de... querendo ou não, na época que eu tinha 23 anos, fazer cumprir a lei, tava nessa... eu acho que todo mundo, de certa forma, tem uma certa revolta com bandido, né. Ser roubado, ver alguém roubado, ver isso acontecer, e poder contribuir para parte da segurança pública em si, pra mim é o perfil do policial isso¹⁸.

O compromisso de honra

É essa herança moral que é projetada como sendo o princípio de adesão à corporação, expresso simbolicamente pelo **compromisso de honra**, ritual que demarca oficialmente a linha divisória entre a “vida civil” e o “mundo militar”, ao final dos cursos de formação de oficiais e praças. Esse é o rito de passagem pelo qual os policiais confirmam sua adesão à ordem ética militar, que se baseia numa socialização prévia vinculadas aos cursos de formação¹⁹:

Não foi uma experiência relativamente fácil. Foi avaliação que a gente teve. Lá é avaliação direto, em tudo. A todo momento. Tanto prático como teórica. Uma dificuldade pra quem tá entrando lá, e não conhece, né, o militarismo. A gente vê lá a disciplina, a ordem. Uma coisa totalmente diferente pra um civil, mas eu acho que a maioria consegue passar, poucos os que não conseguem. Eu acho que pessoas que não estão acostumadas, assim, com um pouco de dificuldade, geralmente, ficam pelo caminho [...] Principalmente quanto à disciplina. Uma disciplina bastante rigorosa, né. Aí, também, quando a gente já tá lá, a gente conhece outro universo, aí, de insegurança e segurança também, né. A gente vê que os nossos colegas, lá mesmo, já começam a falecer pelo caminho. Aí bate logo aquele medo, pra quem não tá acostumado. Eu conheci vários amigos aí que nesses 7 meses, 8 meses, aí, largaram por

¹⁷ BPOT, Soldado, Homem.

¹⁸ BAPM, Soldado, Homem.

¹⁹ Após o concurso, os praças fazem Curso de Formação de Praças (CFP) de duração de cerca de 9 meses, e os oficiais o Curso de Formação de Oficiais (CFO) de 3 anos.

causa disso. [...] [O treinamento] era puxado. Pegava cedo, exercício físico, depois ia pra sala de aula, estudava, fazia prova. Treinamento. O dia todo era muito treinamento, muito treinamento. Desde a manhã, desde as 6 da manhã até as 19. Saía de lá cansado mesmo²⁰.

A enunciação do compromisso de honra é a prova oficial da adesão consensual à corporação. Ao concordar com a moralidade corporativa, a relação de hierarquia e o engajamento no cargo, e tendo se inteirado ao longo do curso de formação dos valores institucionais, o recém-chegado adere a uma moral social a qual já estava predisposto pela criação familiar. O compartilhamento de valores familiares entre a casa e a corporação policial-militar permite com que a filiação à instituição se dê como uma associação moral: os “laços naturais” são o princípio de filiação de um grupo de *status*, o que os policiais muitas vezes citam como “respeito” – o “valor moral e social da instituição, representando o conceito do policial-militar em sua amplitude social, estendendo-se à classe que o militar compõe, não subsistindo sem ele”²¹.

Dessa forma, a moralidade é central no caso do acesso à corporação policial-militar, pois está relacionada com a própria competência institucional: a defesa corporativa de uma ordem moral e política – “cultuar os símbolos e as tradições da Pátria, do Estado do Pará e da Polícia Militar e zelar por sua inviolabilidade”²². O que funda a filiação à corporação é uma competência moral, e não técnica, para uma atividade representada como o exercício da *potestas* masculina: a força física – esse conjunto valorativo que se naturaliza no corpo – gradiente, ao mesmo tempo, de maneira física e moral²³. Portanto, a herança moral composta pelo conjunto de disposições formadas no seio da família, e que predispõe os policiais militares a justificarem seu *status* segundo valores ligados à honra masculina, é o que o policial traz como “título fiduciário” quando se associa à corporação.

Sendo assim, o compromisso de honra permite reconstituir parcialmente a gênese da adesão de praças e oficiais à moralidade institucional. Apesar de ser um rito formal, o compromisso demonstra tanto o consentimento à moral social do grupo - baseado nas demonstrações de unidade e coesão - quanto como essa moral permite a própria ilusão do que ela deseja produzir. Afinal, a homogeneidade produzida não diz respeito à uma condição social compartilhada por todos os pertencentes à instituição, mas tão somente a uma moralidade que permeia a grade de visão do grupo. É essa moralidade que permite que o grupo seja produto de uma grande diferenciação interna, mas mantenha, ao mesmo tempo, as aparências de indivisibilidade.

Para permitir visualizar esse aparente paradoxo, analisaremos os compromissos de honra de praças e oficiais, e os conteúdos desses ritos. A diferença de conteúdo simbólico da adesão de praças

²⁰ BAPM, Cabo, Homem.

²¹ PARÁ (Estado). Constituição (2006). Lei nº 6.833, de 13 de fevereiro de 2006. **Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Estado do Pará**. Belém, PA, §5º, art. 17.

²² Ibidem, I, art. 18.

²³ O aspecto ético do exercício da virilidade é ocultado pelas diferenças sexuais “naturais” em que se apoia. O “homem de honra” tem a virilidade física indissociável da virilidade enquanto expressão ética – princípio de ação – exatamente pela relação que opõe homens e mulheres: a “força física” (Bourdieu, 2012, p. 20-21). No caso dos policiais militares, a “força física” está ligada a aptidões e qualidades morais (“justiça”, “disciplina”, “coragem”, “autocontrole”) inatas ao corpo masculino. Para a definição ética do princípio de virilidade.

e oficiais pode ser exemplificada pelos ritos e pelas cerimônias que ocorrem durante o Curso de Formação de Oficiais (CFO) e estão ausentes do Curso de Formação de Praças (CFP). Ao final do primeiro ano do CFO é entregue o espadim “Coronel Fontoura”, “símbolo da honra e dignidade do cadete PM”²⁴. Esse evento marca a filiação inicial dos cadetes à corporação, pois “ao receber o símbolo do cadete, o espadim, o aluno militar deverá nortear o seu comportamento, enaltecendo o espírito militar”.

Ao término do período de três anos do CFO, com “a presença de familiares, os aspirantes [participam] da marcha de devolução do espadim, arma que simboliza a honra do cadete durante o período de formação na Academia”. O espadim é substituído pela espada, que será o novo símbolo da honra militar”²⁵. Assim, como no caso do Exército brasileiro, o espadim é o símbolo da honra pessoal do cadete, que se torna indiscernível da honra militar do oficial⁴⁴. Os oficiais cumprem dois compromissos, sendo o primeiro ao término do CFO, quando se tornam aspirantes-a-oficial, e que é similar ao dos praças²⁶:

Ao ingressar na Polícia Militar do Pará, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à preservação da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida²⁷ (compromisso de honra dos praças, *grifo nosso*).

Ao ser declarado aspirante-a-oficial da Polícia Militar do Pará, prometo regular minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à preservação da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida²⁸ (compromisso do aspirante-a-oficial).

Com o acesso ao primeiro posto do oficialato, o policial militar deve pronunciar o compromisso do oficial: “Perante a Bandeira do Brasil e pela minha honra, prometo cumprir os deveres de oficial da Polícia Militar do Pará e dedicar-me inteiramente ao seu serviço”²⁹. Após essa etapa, o elemento de subordinação material presente nos outros dois compromissos – “cumprir as ordens das autoridades a que estiver subordinado” – só permanece nos princípios de associação moral à ética corporativa – “prometo cumprir os deveres de oficial”. A *potestas* do comando é representada pelo exercício do poder paterno, desde os grandes patronos ancestrais (Coronel Fontoura, protetor maior da corporação) aos atuais oficiais em posição de comando, pequenos patronos das turmas de cadetes-oficiais, como o Coronel PM Dilson

²⁴ CORREA, Tenente Geysa. **Cadetes da PM ingressam no segundo de formação e recebem espadim “Coronel Fontoura”**. 2017. Disponível em: <<http://www.pm.pa.gov.br/?q=node/914>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

²⁵ VASCONCELOS, Jorge. **Academia Coronel Fontoura forma mais 115 aspirantes a oficial da Polícia Militar**. 2016. Disponível em: <<http://www.pm.pa.gov.br/?q=node/2042>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

²⁶ Antes do Código de Ética e Disciplina de 2006, os praças pronunciavam um compromisso similar ao atual substituído o “risco da própria vida” pelo “sacrifício da própria vida”. Pará, 1985, art. 35.

²⁷ Op. Cit. Pará, 2006, art. 22.

²⁸ Ibidem, §1º, art. 22.

²⁹ Ibidem, §2º, art. 22.

Melo de Souza Júnior, oficial em serviço, que, inclusive, foi contatado durante o período de pesquisa, e que se tornou o exemplo de ética de uma turma que havia terminado CFO³⁰.

Os praças, por sua vez, são elementos de execução, despossuídos do comando, e por isso o seu acesso à corporação, simbolizado pelo compromisso de honra, tem um conteúdo diverso – o da subordinação à ordem dos oficiais. Como estrato dominado, o consentimento da devoção aos símbolos institucionais é a abertura individual ao exercício volitivo do outro, seus superiores – os oficiais. A proximidade entre os praças é muito pequena para que as diferenças de graduações e autoridade formal possibilitem o exercício da autoridade garantida aos oficiais pela corporação.

Portanto, a moralidade institucional é a fonte tanto do sentimento de unidade e indivisibilidade - produzido pelo imperativo pela conformidade das condutas aos valores do grupo - quanto das diferenças internas, que constroem como diferenças de honra, e, portanto, simbólicas, o que são diferenças objetivas nas condições sociais dos componentes da corporação policial-militar. Essa contradição é, afinal, da mesma natureza das envolvidas nas concepções de honra masculina. Apesar do *ethos* de honra ser oposto a uma moral universalista de igualdade em dignidade dos homens, pois só pode se afirmar em jogos que buscam a diferença de status entre os agentes, só aqueles considerados “iguais em honra” podem participar deles (BOURDIEU, 2002).

O que singulariza os praças? mobilidade social, a família e a casa

Entre os policiais militares, o que a moral busca igualar as condições sociais objetivas pressionam para diferenciar. Apesar de todos as demonstrações de proximidade familiar entre os policiais, existe uma consciência muito clara dos praças das dificuldades enfrentadas pelo lugar institucional que ocupam. As baixas remunerações e dificuldades de ascender na carreira são os pontos principais formulados pelos policiais entrevistados, influenciando diversos outros aspectos derivados de sua filiação institucional.

As remunerações recebidas por praças em diferentes graduações são, segundo eles, insuficientes para a manutenção material pessoal e de seus familiares. Esse quadro os leva a realizar serviços nos mercados ilegais de segurança que existem na grande Belém, os chamados “bicos”, o que muitas vezes os expõe a situações que colocam em risco suas vidas. Mesmo esses serviços sendo considerados “honestos” pelos policiais - já que não ferem a lógica popular do “trabalho honesto” - eles são considerados ilegais pela instituição.

Os “bicos” como seguranças não são as únicas atividades informais realizadas pelos praças. Muitas vezes eles têm pequenos comércios familiares ou realizam outras atividades para complementar a renda - ouvi o caso de um policial que revezava os serviços na corporação com seu trabalho como vendedor de pipoca ambulante e os casos relatados por Lima (2007) sobre os serviços de secretária

³⁰ “A turma, denominada Coronel PM José Dilson Melo de Souza Júnior, desfilou diante do vice-governador, antes do encerramento da solenidade, marcado pelo tradicional lançamento dos quepes para o alto”. VASCONCELOS, Jorge. **Academia Coronel Fontoura forma mais 115 aspirantes a oficial da Polícia Militar**. 2016. Disponível em: <<http://www.pm.pa.gov.br/?q=node/2042>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

realizado pelas mulheres que compõem a corporação. Sendo ou não serviços que se liguem a atividade policial, o importante é notar a circulação dos praças por circuitos de ocupações precárias, informais e mal remuneradas.

Eu vou ser sincero contigo, o país passou por uma crise grande, e dificilmente hoje em dia tu vai ter um empresário que ele vai conseguir custear a segurança pagando 100 (cem), 150 (cento e cinquenta) reais por dia pra um policial apenas. Sendo que hoje muitos policiais estão solicitando dois, até mesmo pela segurança própria dele, que um só tá sendo complicado³¹.

Outra questão colocada pelos praças nas entrevistas foi a política de promoções interna da corporação. Os praças começam como soldados e podem ascender até subtenente. Atualmente, são considerados os critérios de antiguidade (precedência hierárquica e tempo de serviço) e de merecimento (notas nas fichas de avaliação interna) que possibilitam a ascensão dos praças. Segundo esses critérios e a legislação atual, para o praça alcançar a última graduação (subtenente), ele deve ter um tempo de serviço na instituição de, no mínimo, 23 anos - sendo que a maioria dos policiais serve durante 30 anos à corporação. Esse modelo de ascensão na carreira não dá condições de acesso aos últimos postos da graduação, primeiro, porque se baseia em um modelo de pirâmide, onde os cargos vão rareando conforme se sobe, e segundo, porque as mudanças institucionais e a abertura de vagas para a próxima graduação é muito confusa e pouco frequente:

A incoerência: que veio gente de fora, e já pode fazer pra sargento. Ou seja, eu que já tinha um preparo dos cursos, curso de soldado e curso de cabo, não pude fazer o curso de sargento. Então é uma incoerência. E esse mesmo pessoal, não desmerecendo, esse mesmo pessoal foi que emperrou o quadro de progressão. Tanto é que eu já tenho vinte anos de sargento. Então, vinte anos de sargento, é muito tempo. Então, tem um desestímulo, um desânimo. Eu encontro colegas, e falo “Como é que tá?”, o camarada balança a cabeça, tá desanimado. A instituição puxou pra baixo. Aí veio agora ultimamente, mas uma medida dessa política de aumentar o quadro, melhorar a LOB. Realmente, muita gente ascendeu, mas ascender e estagnar, infelizmente vai ser isso, porque tá uma bagunça esse quadro todinho³².

Essa dificuldade enfrentada pelos praças não foi demonstrada pelos oficiais entrevistados. Segundo eles, sua carreira correu de forma contínua, sem atrasos dos tempos de promoção (é claro, que podem haver casos que não confirmem essa regra). Vários dos praças entrevistados afirmaram já terem realizado ou terem planos de realizar o concurso para oficial da Polícia Militar. Contudo, para realizar o concurso é necessário que antes eles adquiram um título de ensino superior, o que é dificultado pelo horário de trabalho dos militares, que muito diverge dos horários de trabalho em outras ocupações “civis”, e muitas vezes impedem a frequência em uma graduação. Assim, alguns policiais entrevistados colocaram a necessidade de uma carreira única para toda instituição:

Chega época de política, aí abre promoção pra um bocado de gente. Aí, outra época de política, aí “Não, vamos aumentar o quadro”. Então isso tá prejudicando a instituição, porque no meu ponto de vista... inclusive eu penso

³¹ BPOT, Soldado, Homem.

³² BAPM, 1º Sargento, Homem.

na instituição, não querendo desmerecer os oficiais, mas na instituição se todo mundo pudesse... uma única via de entrada. Todo mundo vai começar aqui em baixo, e vai ter condições e oportunidades de ascender, chegar até lá em cima como coronel. Eu penso que seria muito mais viável para a instituição, porque o policial que entrar quando ele ia ter a base dele, formação, com o passar do tempo ele ia ter mais conhecimento³³.

Contudo, as demandas colocadas pelos policiais praças durante a pesquisa de campo foram feitas em regime de sigilo e anonimato dos entrevistados. A singularização de sua situação devia ser cuidadosamente escondida dos olhares institucionais. Por outro lado, no mesmo momento em que realiza minha pesquisa na instituição um movimento paralelo era levado à cabo por um grupo bem específico: familiares de policiais militares praças.

Esposas e familiares de praças

Muitas tão ali pra lutar e dizer assim: eu to aqui porque eu vim lutar pelo meu esposo, eu vim lutar pela minha família”. Que é o que nos move a estar na luta, a brigar, a correr atrás. É isso, é o amor pela família. Querer ver nossos esposos valorizados. Sabemos do valor que eles têm.

Amanda é uma mulher que está chegando aos 40 anos. Ela é casada a quase 20 anos, e tem três filhos. Seu marido passou em um concurso para praça da Polícia Militar cerca de 5 anos após se casarem, justamente para poder dar melhores condições para sua família. Amanda, por sua vez, sacrificou seu projeto individual de realizar o ensino superior para criar os filhos enquanto seu marido desempenhava sua atividade e garantia os proventos para a família. Com os filhos ficando mais velhos, e conseguindo se cuidar e realizar certas atividades domésticas, Amanda conseguiu retomar seu projeto individual, e está atualmente fazendo o curso de “Gestão de Recursos” em uma faculdade privada, enquanto trabalha em um supermercado em Belém. Entre o trabalho e os estudos, ela se contorce para conseguir participar das atividades da *Associação de Esposas e Familiares de Praças da Polícia Militar do Pará (AEFPPA)*. Ela é uma das oito diretoras que estão a frente da entidade, todas esposas de praças.

Antes de começar a participar da atividade associação, não conhecia muitos dos colegas de trabalho de seu marido, e muito menos seus familiares. Os efeitos da entrada do seu marido nos primeiros anos do casamento na Polícia Militar só são sentidos por sua ausência constante, devido a rotina de trabalho no interior do estado, e por seu nervosismo no ambiente doméstico, resultado de longas jornadas de trabalho e das ameaças constantes na atividade de policiamento. O único contato com a instituição antes da formação da AEFPPA citado por Amanda, foi quando seu marido foi baleado em serviço, e alguns de seus colegas foram avisá-la sobre o ocorrido. Apesar da família ser o centro da história contada por Amanda, a “família policial-militar” pouco aparece nessas descrições.

³³ BAPM, 1º Sargento, Homem.

Contudo, acontece uma ruptura na trajetória de Amanda em 2017, quando o governo estadual corta o auxílio fardamento dos praças. A segurança material da família se vê comprometida pela diminuição da remuneração do marido de Amanda:

O que é esse auxílio fardamento? É o auxílio para o policial comprar a farda dele todo ano, mas a gente sabe que nem sempre isso acontece. Porque as vezes a farda do policial dá pra usar e o policial tem uma dívida pra pagar, tem uma coisa mais urgente na casa, ele pega esse dinheiro. E faz essas coisas pra complementar a renda. Eles recebem duas vezes no ano, uma agora em junho e a outro em novembro. Essa ajuda de custo que é o soldo, é um salário mínimo. E foi quando no ano que o governo ameaçou cortar o auxílio. Nós estamos 5 anos sem aumento, salário congelado, mortes de policiais militares, aí o governo decidi cortar [o auxílio].

Notando uma mobilização de familiares de praças contra o corte do governo estadual, Amanda vai um ato marcado na frente do Comando Geral da Polícia Militar. Esse primeiro ato se transforma em uma ocupação de uma semana no Comando. Durante esse período, várias mulheres (esposas, mães, irmãs e filhas de praças) organizam uma série de intervenções como forma de protesto. Entre as intervenções, a principal se torna bloquear as entradas e saídas dos batalhões com o objetivo de impedir o funcionamento do policiamento ostensivo. O protagonismo das mulheres familiares de praças e as estratégias utilizadas nas manifestações tinham como objetivo impedir punições contra seus marido, pais, filhos e irmãos:

A gente sabe que eles têm um código penal militar, uma hierarquia, toda uma situação que eles não podem falar, eles não podem se amotinar, é crime militar. Eles não podem grevar. Tudo isso. Então o nosso policial responde. Muitas das vezes é perseguido pelo seu oficial. Então a gente viu ali “não, eles não podem falar, se não eles podem ser presos. Eles não podem reclamar senão eles vão responder administrativamente, vão se prejudicados, vão ser perseguidos”. Eles inclusive poderiam ser até transferidos. O teu esposo tava aqui em Belém, o comandante dele podia mandar ele lá pro fim do mundo.

A estratégia utilizada pelas familiares dos praças obteve sucesso, tendo sido restituído o auxílio fardamento, e acrescentado o auxílio alimentação, que não fazia parte de suas remunerações. Percebendo o êxito do movimento, as mulheres da ocupação resolveram criar a AEFPPA, para continuar representando seus maridos junto à corporação:

Foi quando eu conheci o pessoal, as meninas, aí dali surgiu. Não, a gente tem que aproveitar esse momento que tá todas as esposas aqui. Não vamo deixar ninguém se dispersar. E vamo criar uma associação. É a necessidade de ser lutar. Não é só isso. Tem muito mais coisas pra gente lutar. Não é só auxílio farda. Tem melhorias nos quartéis, condições de trabalho, armamento, colete balístico, condição salarial. É toda uma situação.

Contudo, a possibilidade de tornar o debate sobre as demandas dos praças em uma pauta pública vai de encontro do imperativo do “espírito de corpo”. Singularizasse a condição dos praças em relação aos oficiais, e assim, se percebem as especificidades que não conseguem ser supridas pelo *family discourse* institucional. É essa a impressão que aparece na constatação de Amanda da precarização da situação dos praças na última gestão do governo estadual:

O governo Jatene criou um racha dentro da Polícia Militar. Um racha? Que racha? São os oficiais e os praças. Que os praças são de soldado a subtenente. Os oficiais são de tenente à coronel. Foi essa realidade que o governo Jatene fez, ele criou duas policiais, a polícia beneficiada, que é a dos oficiais, e a polícia que não é beneficiada, que é a polícia dos praças.

A partir disso, a dupla filiação que caracteriza os praças passam a definir sua condição social: a pertencimento à “família policial-militar” e ao grupo familiar doméstico. O processo de publicização das demandas dos praças por seus familiares vai contra uma das bases da ilusão de homogeneidade da Polícia Militar: o silêncio. Os porta-vozes autorizados da instituição são os oficiais, aqueles a quem está conferido o *comando*, ou seja, aqueles que devem falar no lugar do grupo (BOURDIEU, 2014). Os praças, por sua vez, devem silenciar a singularidade de sua condição para preservar as aparências de unidade corporativa. Por isso, lhes é impedido tomar a palavra. As famílias de praças atuam em um processo de publicização que retorna a palavra à família, mas não mais à “família policial-militar”.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**: precedido de três estudos de etnologia cabila. Oeiras: Celta Editora, 2002, p. 33.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**: um antropólogo na caserna. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CHINELLI, Fernanda. Família militar: apontamentos sobre uma comunidade performada. In: CASTRO, Celso (Org.). **A família militar no Brasil**: transformações e permanências. Rio de Janeiro: Fgv, 2018. p. 67-88.

GUBRIUM, Jaber F.; HOLSTEIN, James A.. Phenomenology, Ethnomethodology and Family Discourse. In: BOSS, P. G. (Org.). **Sourcebook of Family theories and methods**: A contextual approach. New York: Plenum Press, 1993. Cap. 25. p. 651-675.

LIMA, R. M. **Uma dupla vida de risco: reflexões sobre o trabalho paralelo (bico) na Polícia Militar do Pará**. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Pará, 2007.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O trabalho que (in)dignifica o homem. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2009.

QUEIROZ, Gustavo Ferreira de. Família e honra: recrutamento e mobilidade social na Polícia Militar do Pará. 2019. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, Cristina Rodrigues da. Família de Militares: explorando a casa e a caserna no Exército brasileiro. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 21, p.861-882, jul. 2013.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2009.